A Escola Como Espaço Inclusivo

por

Maria Algemira Veloso Teixeira

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional,
da Universidade Federal de Santa Maria (RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

UFSM/CE/NAEES

Santa Maria, RS, Brasil

2004

A Escola Como Espaço Inclusivo

por

Maria Algemira Veloso Teixeira

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional,
da Universidade Federal de Santa Maria (RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

UFSM/CE/NAEES

Santa Maria, RS, Brasil

2004

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

A Escola Como Espaço Inclusivo

elaborada por

Maria Algemira Veloso Teixeira

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

_____
José Luiz Padilha Damilano
(Presidente/Orientador)

_____
Reinoldo Marquezan

_____
Lorena Inês Peterini Marquezan

Santa Maria, 20 de dezembro de 2004.

T266e Teixeira, Maria Algemira Veloso

A escola como espaço inclusivo / Maria Algemira Veloso Teixeira. – Santa Maria, 2004.
56 f.

Monografia (Pós-Graduação em Gestão Educacional) UFSM, Centro de Educação

1. Inclusão Escolar 2. Política Educacional I. Título

CDU 37.014

Bibliotecária Responsável

Maríndia Pôrto Nunes

CRB 10/1440

EPÍGRAFE

Pessoas normais não fariam

Alguns anos atrás, nas olimpíadas especiais e Seattle, nove participantes, todos com deficiências mental ou física, alinharam-se para a largada da corrida de 100 m rasos.

Ao sinal, todos partiram, não exatamente em disparada, mas com vontade de dar o melhor de si, terminar a corrida e ganhar.

Todos, com exceção de um garoto, que tropeçou no asfalto, caiu rolando e começou a chorar.

Os outros oito competidores ouviram choro. Diminuíram o passo e olharam para trás. Então, eles viram e voltaram. Todos eles. Uma das meninas, com síndrome de Down ajoelhou-se, deu um beijo no garoto e disse: - pronto, vai sarar!

E todos os noves competidores deram os braços e andaram juntos até a linha de chegada. O estádio inteiro levantou-se e os aplausos duraram muitos minutos.

As pessoas que estavam ali, naquele dia, continuam repetindo essa história até hoje. Por quê?

Porque, lá no fundo, nós sabemos que o que mais importa nessa vida é mais do que ganhar sozinho.

O que importa nessa vida é ajudar os outros a vencer, mesmo que isso signifique diminuir o passo e mudar de curso.

fonte: http:/ www.virgiliosalata.hpg.ig.com.br

DEDICATÓRIA

Algumas pessoas marcam a nossa vida para sempre, umas por que nos vão ajudando na construção, outras por que nos apresentam projetos de sonho de nos desafiam a construí-los.

Dedico este trabalho à memória de uma pessoa que sem saber, muito para ele contribuiu. Meu pai com apenas o segundo ano primário, exemplo vivo de que escola não é sinônimo de educação. A minha mãe, meu primeiro modelo de professora. Por sua motivação, vislumbrei um ideal nesta profissão.

Aos dois o meu muito obrigado!
Deus abençoe vocês!

AGRADECIMENTOS

As experiências por mim vividas que resultaram nas idéias aqui expostas foram marcadas pela presença e participação de muitas pessoas. Assim, agradeço profundamente.

A Deus por nunca ter me deixado nos momentos difíceis e por ter permitido chegar até aqui.

Ao Francisco, meu esposo e ao meu filho Arthur, pelo amor, compreensão, apoio e incentivo na realização desse sonho. No mérito de minhas conquistas há muito da presença de vocês.

As minhas amigas Alvacir, Angela, Antonia, Elci e Glaudislene pela palavra amiga, a mão estendida, o sorriso franco.

Ao professor José Damilano pela paciência de uma revisão crítica, cuidadosa, imprescindível. Sou grata pelo privilégio de compartilhar sua sabedoria, na condição de aprendiz, assim como de usufruir seu estímulo e de sua disponibilidade.

A direção, professores, funcionários e alunos da escola pesquisada, sou imensamente grata por ter interagido comigo trazendo-me inestimável fonte de conhecimento.

Aos colegas pela busca dos mesmos objetivos, por partilharmos dos mesmos sonhos, pela luta contra os mesmos obstáculos, pelas dificuldades vencidas. Pelos sorrisos, pelas lágrimas e pelo companheirismo. Meu muito obrigada.

SUMÁRIO

CAPITULO I

Considerações Iniciais.....11

CAPITULO II

Histórico da Educação Especial.....13

CAPITULO III

A Escola como espaço inclusivo.....16

CAPITULO IV

Procedimentos Metodológicos 36

CAPITULO V

Análise de Dados.....38

5.1. Contextualização da Escola.....38

5.2. Reflexão sobre a Inclusão.....42

CAPITULO VI

Considerações finais.....48

Referências Bibliográficas.....54

LISTA DE ANEXO

QUESTIONÁRIO.....56

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO

Autora: Maria Algemira Veloso Teixeira
Orientador: José Luiz Padilha Damilano
Data e local da defesa: Santa Maria, 20 de dezembro de 2004.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a escola como espaço inclusivo e a concepção do corpo docente sobre a inclusão. Este estudo tem como prática metodológica pesquisa descritiva, tendo como instrumento para a coleta de dados um questionário aberto. Neste, destacam-se questões relevantes à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular. A análise dos dados indicam que todos professores entrevistados concordam que escola é direito de todos garantido pela constituição e, portanto deve ser um espaço inclusivo, necessitando comprometimento de todos. Mas para isso, é preciso uma renovação pedagógica que considere as diferenças. Os currículos precisam ser adaptados diante da diversidade, é fundamental o desenvolvimento do trabalho de formação continuada que objetive modificar posturas e atitudes.

A inclusão só realizará se houver o comprometimento de todos, pois acredito que as dificuldades imprimem um ritmo, mas não impedem o desenvolvimento; colocam barreiras, mas não fecham caminhos. A diversidade de idéias possibilita a interdisciplinaridade, pois, juntando nossas capacidades particulares, podemos criar uma escola cidadã, onde os professores desenvolvam projetos que levem os alunos a descobrir a alegria de criar, interagir e aceitar o diferente como um desafio novo.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

THE SCHOOL AS INCLUSIVE SPACE

Autora: Maria Algemira Veloso Teixeira
Orientador: José Luiz Padilha Damilano
Data e local da defesa: Santa Maria, 20 de dezembro de 2004

The present research hás for objective to analyze the school as inclusive space and the conception of the faculty on the inclusion. This study had as methodolical practice the descriptive research, having as instrument for collection of datas an open questionaire. In this, we highlighted important questions to the people's inclusion with special educational needs in the regular school. The analysis of the datas indicates that all the teachers interviewed agree that the school is a right of everybody guatanteed by the Constituion and, therefore, it should be an inclusive space, needing tha compromisement of everybody. But for that, it is necessary a pedagogic renewall that considers the differences. The course of study need to be adapted before to the diversity, it is fundamental the development of a work of continuous formation that objetctifies to modify postures and attitudes.

The inclusion alone will realize in fact if there is the compromisement of everybody, because I believe that the difficulties impress a rhythm, but they don't impede the development they put barriers, but they don't close roads. And the wealth of diversities facilitates the collective impressments, because, joing our private capacities, we can create a citizen school, where the teachers develop projects that take the students to discover the happiness of to produce, to interact and to accept the different as a new challenge.

CAPITULO I

Considerações Iniciais

Notadamente, desde o século passado, graças ao desenvolvimento científico e ético da humanidade, estudos vêm mostrando que a diferença individual quer sob o ponto de vista do desenvolvimento cognitivo, quer sob o ponto de vista físico ou sensorial, não constituem uma fatalidade, nem inabilitam as pessoas para a plenitude de suas realizações pessoais e sociais. Cada indivíduo, com personalidade própria e padrões específicos de desempenho, é dotado de um potencial que, convenientemente orientado, pode permitir, quase sempre, a sua auto-realização.

Baseado nas literaturas de Edler (1997), Werneck (1997), Goffredo (1997), Mantoan (1999), Carvalho (1994), Mrech (2002), Sousa (2002), Mazzota (1998); que mostram-se insatisfeitos com os paradigmas que tem predominado na Educação Especial, levou-me a realizar este estudo que tem como objetivo analisar a inclusão de pessoas com necessidade educacionais especiais na classe regular e sua direta ligação com a formação dos professores. Tem também a finalidade de defender a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias, nas quais se insere o grupo de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

A inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais têm sido talvez a questão mais discutida em nosso país nas últimas décadas. De fato, é raro o seminário, o congresso ou encontro da área em que esse tema não seja discutido.

Esta análise traz um estudo de caso realizado numa escola de Ensino Fundamental da rede pública do Município de Caçapava do Sul, o qual registra o pensamento dos professores, seus anseios, angústias e expectativas diante do desafio da inclusão.

A contextualização da escola mostra um quadro deficiente de recursos materiais e humanos, bem como uma comunidade empenhada na busca de práticas democráticas e inovadoras.

Sem dúvida, a inclusão concilia-se com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior, o que recai sobre o fator humano.

Nesse contexto, a formação do pessoal envolvido com educação é de fundamental importância, assim como assistência às famílias, enfim, uma sustentação aos que estarão diretamente implicados com as mudanças e condição necessária para que estas não sejam impostas, mas imponham-se como resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano.

Este estudo defende a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias, nas quais se insere o grupo de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

O objetivo maior que norteou esta pesquisa foi analisar se as pessoas com necessidades educacionais especiais estão usufruindo seus direitos.

Como os professores desta escola vêem a inclusão?

Frente à dualidade inclusão/exclusão, questiona se estamos desempenhando um papel inclusivista. Será que realmente queremos?

CAPITULO II

Histórico da Educação Especial

De acordo com a revista Nova Escola ano XVI, nº 139 as crianças que nasciam deformadas eram jogadas nos esgotos da Roma antiga. Já na idade média, deficiente encontravam abrigo nas igrejas, como o Quasímodo do livro o corcunda de Notre-Dame, de Victor Hugo, que vivia isolado na torre da catedral de Paris. Nesta mesma época os deficientes ganham uma função: bobos da corte. A revista nos traz ainda que o protestante Martinho Lutero defendia que deficientes mentais eram seres diabólicos que mereciam castigo para serem purificados.

Do século XVI ao século XIX pessoas com deficiências físicas e mentais continuam isoladas do resto da sociedade, mas agora em asilos, conventos e albergues. Nessa época surgem os primeiros hospitais psiquiátricos na Europa, mas todas as instituições desta época não passam de prisões, sem tratamento especializado nem programas educacionais. Já no século XX portadores de deficiência passam a ser visto como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade, mas sob uma ótica assistencial e caritativa. A primeira diretriz política dessa nova visão aparece em 1948 com a declaração universal dos direitos humanos. "Todo o ser humano tem direito à educação".

Durante os anos 60 pais e parentes de pessoas deficientes organizaram -se e surgem as primeiras críticas à segregação. Teóricos defendem a normalização, ou seja, a adequação do deficiente a sociedade para permitir sua integração. A educação especial no Brasil aparece pela primeira vez na LDB 4.024 de 1961. A lei apontar que educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação. Nos anos 70 os Estados Unidos avançam nas pesquisas e teorias de inclusão para proporcionar condições melhores de vida aos mutilados da

guerra do Vietnã. A educação inclusiva tem início naquele país via lei 94142, de 1975, que estabelece a modificação dos currículos e a criação de uma rede de informação entre escolas, bibliotecas, hospitais e clínicas. Em 1978 pela primeira vez, uma emenda à constituição brasileira e trata do direito da pessoa deficiente: "é assegurado ao deficiente à melhoria de sua condição social e econômica e especialmente mediante educação especial e gratuita".

Conforme a referida revista nos anos 80 e 90, declarações e tratados mundiais passaram a defender a inclusão em larga escala. Em 1958, assembléia geral das Nações Unidas lança o programa de ação mundial para as pessoas deficientes, que recomenda: "quando foram pedagogicamente factível, o ensino de pessoas deficientes deve acontecer dentro do sistema escolar normal". Em 1988, no Brasil, o interesse pelo assunto é provocado pelo debate antes e depois da constituinte. A constituição, promulgada em 1988, garante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

No ano de 1989 a lei federal 7853, no item da educação, prevê a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino do prever crime punível com reclusão de 1 a 4 anos e multa para os dirigentes de ensino público ou particular que recusarem de suspenderem, sem justa causa, a matrícula de um aluno. Em 1990 a conferência mundial sobre educação para todos, realizado em março na cidade de Jomtien, na Tailândia, prevê que as necessidades educacionais básicas sejam oferecidas para todos (mulheres, camponeses, refugiados, negros, índios, presos e deficientes), pela Universalização do acesso, promoção de igualdade, ampliação dos conteúdos de educação básica e melhoria do ambiente de estudo.

Em 1990 o Brasil aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente, que, reintegra os direitos garantidos na Constituição: atendimento educacional especializado para portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Já no ano de 1994 mais precisamente em junho, dirigentes de mais de 80 países se reúnem na Espanha e assinam a Declaração de Salamanca, um dos mais importantes documentos de compromisso de garantia de direitos educacionais. Ela proclama as escolas regulares inclusivas como o meio que devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguistística.

A revista Nova Escola, nos traz ainda que no ano de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, se ajusta a legislação federal e aponta que a educação dos portadores de necessidades especiais deve dar-se preferencialmente na rede regular de ensino.

CAPITULO III

A Escola Como Espaço Inclusivo

Esta proposta surgiu da insatisfação com os paradigmas que tem predominado na Educação Especial, por que a respeito de todos os esforços, constata-se que os alunos com necessidades educacionais especiais, condutas típicas de síndromes neurológicas, psiquiátricas graves e, ainda, os de altas habilidades continuam excluídos, seja das escolas comuns, seja na apropriação do saber, na intensidade e ritmo necessário para sua aprendizagem.

Considerada a retomada mundial das discussões e providências para garantir o direito de todos sem exceção, ao acesso e o usufruto dos bens e serviços socialmente disponíveis, a questão da integração das pessoas com necessidades educacionais especiais, particularmente tem sido objeto de sérios questionamentos. Educadores, famílias e os próprios alunos com deficiências educacionais, já agora mais organizados, politicamente têm denunciado, intensamente, que os direitos reivindicados, proclamados e garantidos nas letras de leis e de recomendações internacionais e nacionais, precisam ser cumpridos, pois têm sido freqüentemente violados.

Para reverter esse quadro, no qual se inserem as minorias, têm-se discutido um novo paradigma: a inclusão de todos, para que isto ocorra a sociedade precisa assumir mais concretamente o seu papel, criando as condições necessárias para equalização de oportunidades.

"A inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais consiste num tema causador de inúmeras polêmicas, principalmente quando os sujeitos da inclusão são pessoa com deficiência. Tais polêmicas surgem, não só entre os familiares de tais pessoas, como entre os educadores do ensino dito regular". (Edler,1997 p. 34)

A integração escolar tem sido conceituada como um processo de educar, ensinar juntas crianças ditas normais com crianças com deficiência, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola. Trata-se de um processo gradual e dinâmico que assume distintas formas, segundo as necessidades e características de cada aluno, considerando o seu contexto sócio econômico.

Conforme o autor acima citado, este contexto traduz o que se conhece como teoria do Ambiente o Menos Restrito possível (AMR), centrada nas aptidões dos alunos que devem ser "preparados" para a integração total, no ensino regular. A esse respeito consta da Política Nacional de Educação Especial (1994:18): "A integração é um processo dinâmico de participação num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica em reciprocidade. E sob o enfoque escolar é o processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos".

Ainda que sejam coerentes as críticas em torno do sistema AMR, que vem servindo ao processo de integração, por justiça, devemos reconhecer as conquistas alcançadas. Afinal, educadores de renome nacional e internacional lutaram para que, nesses ambientes, pessoas deficientes, até então escondidas e absolutamente excluídas, encontrassem espaço de convivência. "Não podemos negar o que se tem avançado, como se estivéssemos partindo do zero e nada tivesse sido feito de bom e necessário. Estamos num processo que é político, social, econômico, histórico e pedagógico". (Edler. Pág 159, 2000).

Para Demo (1990), "escola inclusiva, isto é, a escola para todos, deve estar inserida num mundo inclusivo onde as desigualdades - que são estruturais nas sociedades - não atinjam os níveis abomináveis com os quais temos convivido".

A inclusão beneficia a todos, deficientes ou não, que podem desenvolver sadios sentimentos de respeito, que podem ser diferentes, de cooperação e de solidariedade.

A escola, para ser considerada um espaço inclusivo, precisa deixar de ser uma instituição burocrática, que apenas cumpre as normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para tal, deve centrar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que apresentam.

Werneck (1997, pág. 42) coloca que: “(...) a inclusão vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados”.

"O movimento pela sociedade inclusiva é internacional, e o Brasil está engajado nele, o que para ela é altamente gratificante: (...) "pois temos cerca de 15 milhões de deficientes, cuja totalidade está, provavelmente, aguardando a oportunidade de participar da vida em sociedade, como têm direito". (Goffredo ,1997, p. 36).

Segundo ela, necessitamos de uma nova escola que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar.

> Uma escola que não tenha medo de se arriscar, mas muita coragem de criar e de questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, necessários à inclusão. Ela salienta como um grande avanço do Movimento de Educação Inclusiva a recomendação da matrícula do aluno com necessidades educacionais especiais na escola pública regular (...) por que ainda hoje, prevalece, entre nós a escola especial como lugar para essas pessoas. (Goffredo,1997, p. 78).

Para ela, nesta busca de respostas para entender a diversidade, o processo pedagógico fica mais rico, propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. Assim, todos se beneficiam da educação inclusiva, todos enriquecem: alunos, professores, família e comunidade.

> Atuar numa escola inclusiva é preciso compreender o aluno, portador de necessidades educativas especiais respeitando-o como pessoa que tem limitações, mas que também tem seus pontos fortes. Para isso é necessário que se abandonem os rótulos, as classificações, procurando levar em conta as possibilidades e

> necessidades impostas pelas limitações que a deficiência lhe traz. (Goffredo,1997 p. 52).

Segundo Mantoan (1999), "o impacto que a inclusão tem causado no meio escolar, nas instituições especializadas e entre os pais de alunos com e sem deficiência provocou o aparecimento de muitas dúvidas e vieses de compreensão, que estão retardando a implementação de ações em favor da abertura das escolas para todos os alunos".

Para ela, antigos valores, preconceitos, velhas verdades, atitudes, paradigmas conservadores da educação ainda ocultam o verdadeiro sentido da inclusão.

> Inserir os alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino constitui o primeiro passo para a jornada da inclusão - o passo mais indutor - devendo seguir-se de medidas pedagógicas que garantam acesso à aprendizagem e ao conhecimento proposto na vivência escolar, traduzindo na prática, é preciso desvelar os meios para a permanência do aluno na escola, favorecendo-lhe o acesso ao currículo. Este currículo deve ser instrumento participativo, resultante da vivência e das expectativas sócio-culturais, que desvele a importância da diversidade na escola e responda as suas reais demandas. (Carvalho, 1994 p. 46).

Para ela, a prática da inclusão na realidade brasileira revela dificuldades: despreparo do sistema regular de ensino para atuar no processo; resistência da comunidade escolar na aceitação dos alunos e fatores diversos da aceitação familiar, institucional e sócio-cultural.

Dificuldades ocorrem quando a escola não permite o acesso ao aluno diferente às situações educacionais comuns propostas para os demais colegas.

As necessidades educacionais especiais que alguns alunos possam apresentar devem ser atendidas por meio de currículo regular, adaptado ou não. Se entendermos o currículo como um conjunto de ações que a escola formaliza em consonância com o projeto pedagógico, o processo educativo, assim norteado, é o mesmo para todos os alunos, com a devida atenção às

diferenças individuais, inclusive as diferenças mais acentuadas que se pode observar em alguns alunos com relação aos demais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) constituem referências válidas para nortear a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais. Seus pressupostos, objetivos e indicações consideram questões pedagógicas atuais e admitem a pluralidade de concepções pedagógicas de fazer educativo de forma a atender a diversidade dos alunos na escola e as suas peculiaridades de sua cultura.

"A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando se observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para que as necessidades sejam trabalhadas e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo". (Carvalho,1994)

Para ela, o currículo pode se constituir um grande obstáculo para os alunos com necessidades especiais na escola regular, quando ele impõe uma referência homogênea a ser alcançada por todos os educandos, independentemente de condições particulares que possam apresentar. Com raras exceções, a competência acadêmica é exigida para todos de forma uniforme ou inflexível, conquanto se incentive a construção de currículos abertos, transformadores e com novas prescrições de modo a contemplar os que possam não corresponder à expectativa de "normalidade" da comunidade escolar.

A lei nº 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegura os procedimentos de adaptações curriculares.

> A educação inclusiva, entretanto, não se esgota na observância da lei, que a reconhece e garante, mas requer dos sistemas educacionais uma mudança de postura, de percepção e de concepção. As modificações necessárias devem abranger atitudes, perspectivas, organização e as ações de operacionalização do trabalho educacional. (Carvalho, 1994)

Sabe-se que "educadores que se identificam como profissionais da aprendizagem transformam sala de aula em espaços prazerosos, onde tanto eles como os alunos são cúmplices de uma aventura que é o aprender a pensar. O clima das atividades favorece ações comunicativas entre alunos e entre esses e seus professores". (Edler,1997)

Segundo ela, o favorecimento da aprendizagem de qualquer aluno implica, para o educador, saber o que é processo de aprendizagem e como ele se dá. Igualmente é importante conhecer sobre o processo de desenvolvimento humano em suas diversas facetas, examinando suas relações com a aprendizagem.

Segundo o autor acima mencionado, o maior desafio para os educadores é examinar a prática pedagógica sob a ótica das características do aprendiz. Suas condições orgânicas e psicossociais é que tem sido responsabilizado pelo insucesso na escola. Pensar em remover as barreiras à aprendizagem não exclui esse ângulo da questão; ao contrário, a ele acrescenta outros atores, como o educador, a escola, o sistema educacional, e as influências que nele exercem os aspectos ideológicos, responsáveis pelos modelos econômicos e políticos que têm sido adotados.

Pensar e remover barreiras à aprendizagem é pensar em todos os alunos enquanto seres em processo de ensino-aprendizagem diferentemente seja por suas diferenças individuais, seja por seus interesses e motivações. Qualquer criança experimentará a experiência da aprendizagem escolar como desagradável, como uma verdadeira barreira, se estiver desmotivada, se não encontrar sentido e significado para o que lhe ensinam na escola.

Segundo Goffredo (1997), “inclusão numa sociedade de excluídos, passa a ser a palavra-chave para alcançar a verdadeira democracia. A cidadania se estabelece pela igualdade dos direitos e deveres, e pela oportunidade de poder exercê-los plenamente".

Para ela, a inclusão precisa ser pensada desde a educação infantil até superior. Salienta que uma das condições de funcionamento da escola é

o professor, embora se saiba que a instituição escolar tem que buscar novos posicionamentos diante dos processos de ensino-aprendizagem, orientados por concepções e práticas pedagógicas que atendam à diversidade humana.

> Este novo momento passa a exigir dos professores outros conhecimentos, além daqueles que recebem em seus cursos de formação para o magistério. Como, também, os cursos de níveis médios e superiores de formação de professores necessitarão de grandes mudanças em sua estrutura curricular. É indispensável uma reforma na formação de professores que precisam aprender a identificar e atender às necessidades especiais de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos com deficiências ou não. Tanto na educação infantil quanto na educação fundamental, a meta principal é satisfazer as necessidades específicas de aprendizagem de cada criança. Incentivar a criança a aprender e desenvolver seu potencial, a partir de sua realidade pessoal requer, assim, por parte dos professores, maior sensibilidade e pensamento crítico a respeito de sua prática pedagógica. Esta prática pedagógica deve ter como objetivo a autonomia intelectual, moral e social de seus alunos. (Goffredo,1997).

A autora acima citada chama atenção para o fato de que o professor precisa ter capacidade de conviver com os diferentes, superando os preconceitos em relação às minorias. Tem que estar, sempre, preparado para adaptar-se às novas situações que surgirão no interior da sala de aula. Para ela, os cursos de formação de professores devem ter como finalidade, junto aos futuros professores, a criação de uma consciência crítica sobre a realidade que eles vão trabalhar e o oferecimento de uma fundamentação teórica que lhes possibilite uma ação pedagógica eficaz.

É preciso investir com seriedade na formação inicial e continuada nos profissionais da educação de forma mais específica, na formação do magistério para todos os níveis e modalidades educacionais. Esta formação, em todas as instâncias, precisa ser consoante com a política educacional brasileira vigente que prevê a inclusão /integração dos alunos com

necessidades especiais no ensino regular e, também a oferta de serviços de educação especial para atender às necessidades educacionais especiais.

Ainda considerando a formação dos professores para educação inclusiva, ela considera que devem fazer parte da grade curricular conteúdos referentes à conceituação tipológica das deficiências. Sendo muito importante, também, que os futuros professores se apropriem de conhecimentos didáticos e práticas de ensino que considerem a diversidade do alunado, dando-lhe condições de adaptar atividades, conteúdos e propostas curriculares.

De acordo com a Lei Nacional de Diretrizes e Bases de Educação (lei nº 9394/96), a formação dos profissionais em educação deverá atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase de desenvolvimento do educando.

Esta mesma lei prevê, também, no capítulo V (da Educação Especial) que os alunos com necessidades especiais devam ter atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitado para integração desses educandos nas classes comuns.

A portaria nº 1793/94 MEC recomenda a inclusão da disciplina "aspectos ético-político - educacionais" da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais, prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia, em todas as licenciaturas. Recomenda, ainda, a inclusão de conteúdos relativos à disciplina acima citada nos cursos de Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional, Serviço Social.

"Os direitos das pessoas portadoras de deficiências são os mesmo de todas as pessoas. No entanto, muitas vezes, para exercer esses direitos, as pessoas com deficiências precisam que certas medidas especiais sejam adotadas". (rede Saci www. saci.org.br).

Por exemplo, o direito de ir e vir das pessoas com deficiências físicas é cercado pelas barreiras ambientais, representadas pelas escadas, degraus, calçadas esburacadas, portas estreitas, pisos escorregadios. Por

isso, é necessário providenciar rampas, rebaixamento de guias (meio fios), as adaptações de sanitários para comportarem cadeiras de rodas etc.

As pessoas com deficiências visuais precisam de livros em braile para ler e com deficiência aditiva precisam de alternativas diferenciadas para estabelecer comunicação, como, por exemplo, aparelho de amplificação sonora, legenda nas programações de TV e de intérprete de língua de sinais para ter acesso à informação e a comunicação. As pessoas com deficiências mentais precisam de atendimento educacional diferenciado para que possam desenvolver todas as suas potencialidades.

Desde que essas e outras medidas sejam adotadas, a maioria das pessoas com deficiências, que hoje se encontram à margem dos benefícios que a sociedade pode oferecer, poderá conviver com a comunidade, tornando-se cidadãos produtivos e felizes.

Segundo estimativa feita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) Rede Saci, base nos países do terceiro mundo em tempos de paz, cerca de 10% dos brasileiros - 16 milhões de habitantes - são portadores de algum tipo de deficiência. Acredita-se que este número possa ser ainda maior, uma vez que o Brasil é campeão em acidentes de trânsito e de trabalho e têm índices crescentes de violência urbana.

Segundo o censo realizado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2000, são 24,5 milhões de brasileiros, ou seja, 14,5% da população, com algum tipo de deficiência.

> A escola, depois da família, é o espaço primeiro e fundamental para o processo de socialização da criança. A atual política educacional brasileira inclui em suas etapas, a integração de crianças e jovens com deficiência na escola regular, com apoio de atendimento educacional especializado, quando necessário. A pessoa com deficiência, no seu processo de socialização, pode incorporar as crenças da sociedade e desenvolver uma auto imagem de pessoa incapaz. A oportunidade de convívio com pessoas não deficientes torna possível uma vida de normalidade para o deficiente, que pode perceber-se como uma pessoa

> capaz de se desenvolver em todos os aspectos. (Rede Saci, www. saci.org.br)

A segregação vivenciada pelas pessoas com deficiência, em conseqüência da não aceitação e da dificuldade de crianças e adultos em lidar e conviver com pessoas deficientes acontece também por causa da desinformação generalizada e da sociedade a respeito das deficiências.

Sabe-se que quanto mais cedo se estabelecer essa integração, tanto melhor e mais fácil será para as crianças com deficiência como para o não deficiente experimentarem positivamente essa convivência.

Contudo, não é simples de se conseguir um contexto afetivo de integração. O desconhecimento e o conseqüente medo por parte das pessoas são obstáculos às situações onde as pessoas com necessidades especiais possam conviver com as demais. A Rede Saci chama atenção para a concepção de Educação Especial, como sinônimo de atendimento especializado, em local especial às pessoas com deficiência. São conseqüência de desinformação e "medos" as seguintes idéias:

- Só algumas pessoas com necessidades educacionais especiais podem beneficiar-se da educação.

- Outros portadores de deficiências poderiam apenas ser “treinado" a executar tarefas simples e básicas.

- As pessoas com necessidades educacionais especiais são pessoas tão "especiais" que exigem professores especializados, escolas especializadas, conteúdos e métodos especiais, por que aprendem (quando aprendem) por "mecanismo" diferentes.

Na verdade, embora haja os alunos com deficiência que de fato necessitam de medidas especiais, a grande maioria tem condições de ser atendida em escola ou classes comuns. Há uma gradação dessas necessidades especiais. No entanto, estamos cientes de que as experiências de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino são ainda incipientes, e merecem uma reflexão tanto sobre o seu processo de implantação quanto sobre seus resultados. Além

disso, é imprescindível o envolvimento de profissionais de áreas interligadas como saúde e ação social, bem como dos pais e comunidade em geral.

Faz-se necessário também, para um aprofundamento dessas práticas e para uma maior eficácia das mesmas, um trabalho de sensibilização do corpo docente, discente e dos funcionários da rede de ensino, acrescido de um programa de capacitação e aprimoramento profissional.

Assim, é fundamental um trabalho com os que dirigem e atuam no sistema de ensino, bem como com os pais que têm crianças atendidas nas escolas. Um trabalho que tenha como objetivo modificar posturas e atitudes com relação à freqüência de crianças com necessidades educacionais especiais nessas unidades, bem como difundir informações sobre o tema.

A Política Nacional de Educação Especial define "as pessoas com necessidades educacionais especiais como aquelas que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente". (www. saci.org.br).

Segundo dados do censo de 2000 - IBGE (Rede Saci), os tipos de deficiência estão assim distribuídos (em %): Mental - 5,0; Física - 2,0; Auditiva - 1,5; Visual - 0,5; Múltipla - 1,0.

Segundo Mrech[1] (2002), existem alguns problemas de como a política de educação inclusiva está sendo conduzida. O mais sério, para ela está relacionado às capacitações dos profissionais que atuam na área.

> O professor que trabalha numa vertente inclusiva precisa ser capacitado. Precisa descobrir formas diferentes de interação com as crianças. Grande parte dos professores da rede pública não tem informação a respeito do que é inclusão, o que é escola inclusiva, e isso gera por parte deles uma certa rejeição em relação à criança. O aprendizado da inclusão, dentro do contexto onde se estrutura, é muito mais complicado do que a gente supõe, pois estamos lidando com preconceitos, estereótipos, prática dos professores que não querem ou não, sabem como mudá-la. Fora do Brasil, como

1. Leny Magalhães Mrech é professora, livre, docente da Faculdade de Educação da Universidade São Paulo (USP) ,trabalha com psicanálise e educação inclusiva junto a instituições escolares e delegacias de ensino. Atualmente trabalha com a inclusão de crianças com distúrbios globais de desenvolvimento no Instituto de Psicologia da USP. Mantém um site http://www. educaçãoonline.pro.br/, em que há mais de 400 artigos relacionados à área da Educação Inclusiva.

> Estados Unidos, Canadá e França, a inclusão sempre implica em capacitação muita bem estruturada ([1]).

A autora acima citada considera que o professor de educação especial não foi preparado para trabalhar numa escola, dando assessoria ao professor de ensino regular, dentro de um outro contexto bem mais abrangente. Para o professor, hoje, se torna muito difícil perceber a importância da educação inclusiva, de ver o aluno inserido no ensino regular, pois nenhum projeto de educação inclusiva permanece se não for continuamente trabalhado, construído.

Segundo Mrech[1] (2002), "existem situações em que o professor simplesmente não é capacitado". (*apud.* Rede saci).

Nesse caso, a criança é colocada na sala de aula sem nenhum tipo de trabalho e o professor passa a conviver com ela sem preparação. Na escola pública sabe-se que há excelentes professores, mas que precisam mudar a concepção de que criança deficiente tem que ficar em sala especial. Isso implica em mudanças de concepção e de procedimentos.

Os professores que começam a buscar conhecimento sobre o assunto, percebem a diferença da forma de encaminhamento de crianças com deficiências mentais ou com distúrbios emocionais. Passa a perceber que não existe o "aluno normal", assim como não existe uma classe homogênea, cada aluno é um, dentro da sua singularidade.

Mrech[1] (2002) diz-nos que “há no Brasil uma prática muito nociva, a de manter classe com mais de 40 alunos, não permitindo ao professor estar atento às particularidades, lidar com aluno no sentido de uma integração maior".

> Deverá haver uma redefinição do papel da Educação Especial com a finalidade de promover uma reflexão sobre o caráter paralelo que esta sempre apresentou em relação à educação regular. Baseadas na premissa da "Educação para Todos", de onde advêm idéias acerca da necessidade de trabalhar a educação em prol da diversidade e da verdadeira integração entre todos os

> indivíduos, convêm questionar onde "cabe" a Educação Especial. (Sousa[2], 2002).

A Educação Especial, na medida em que constitui uma área de produção de conhecimentos especializados, deve participar do processo de inclusão. Tal participação será considerada no tocante ao primordial, que é a capacitação dos docentes.

> Incluir não é somente delegar a criança um espaço físico em sala de aula, é propor ao indivíduo atividade significativas capazes de promover seu desenvolvimento e remover as barreiras a seu acesso e participação na aprendizagem e na sociedade. Ressalvando (mas não ressaltando), sempre, que todos podem apresentar dificuldades em alguma área do conhecimento ou etapa da vida. As limitações existem em qualquer indivíduo, o que não significa que não possa ser um individuo participativo ou capaz de aprender. Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra a exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para os indivíduos. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, através da elaboração de pensamento e formulação de juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. As preocupações a respeito do nível de capacitação dos profissionais de educação regular especial, e a falta de investimento nesta área são relevantes, e dificultam a desejável implantação de programas educacionais inclusivos. Muitas vezes, produzem mesmo resultados contrários: o eterno argumento de que é preciso, primeiro, promover financiamento e/ou capacitação, para só então se iniciar os esforços para a inclusão, como se esses aspectos fossem estanques e separados, acaba sendo usado para justificar e manter a situação de segregação. (Sousa[2] , 2004, apud. Rede saci)

Para ela, trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais sempre demonstrou ser grande desafio para os profissionais da área da educação.

[2]Luciane Porto Frazão de Sousa – pedagoga. Psicpedagoga. Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro- Rede Saci (www.saci. org.br .) 2002

Ao longo da história pareceu ser mais fácil ignorar sua existência e delegar a responsabilidade àqueles "piedosos" grupos de educadores que, "especiais" se lançavam ao desafio.

Com o passar dos anos, de certa forma, a sociedade tomou consciência do papel das pessoas com deficiência e com necessidades especiais, de suas condições de acesso a todo e qualquer lugar, a uma representação consciente e cidadã e como possuidores de direitos e deveres, como indivíduos pertencentes a uma sociedade democrática.

Na realidade, ao examinar os múltiplos aspectos que influenciam o comportamento do indivíduo e sua relação com o meio em que vive no decorrer de seu desenvolvimento, o ato de incluir supõe uma superação com o meio em que vive no decorrer de seu desenvolvimento, o ato de incluir supõe uma superação dos preconceitos, modificação de atitudes e organização de metodologias de trabalho em conjunto com o conhecimento científico. Portanto, a discussão acerca da inclusão não mais pertence ao fórum da problemática conceitual do sistema educacional e, sim, das propostas que viabilizam um atendimento respaldado na qualidade que a própria educação exige.

Há algum tempo pensava-se, no que concernia à questão da inclusão, de quem era a competência. Se esta era dos gestores dos órgãos governamentais, cuja finalidade era responder ao questionamento dos educadores ligados à área da Educação Especial ou se era dos próprios educadores, que na prática cotidiana legitimam suas atividades de acordo com suas crenças pessoais, sua concepção de educação, sua filosofia de trabalho, considerando o que seja mais justo e eficaz.

> Acredita que estes fatores estejam interligados numa evolução crescente, a fim de responder às propostas educacionais que melhor atendam a comunidade escolar. As propostas educacionais não provêm de conhecimentos isolados, mas sim, da contextualização presente que permeia tanto os órgãos governamentais quanto os educadores. O sistema que permite espaços físicos favoráveis, materiais didáticos de qualidade,

> respaldo técnico aos educadores, possibilidades de capacitação aos mesmos e respeito às prerrogativas vigentes sobre os direitos dos indivíduos estará, a priori, mais repleto de profissionais qualificados. (Sousa² , apud. Rede saci).

Para ela, o momento que estamos vivendo não é mais de alongar as resoluções, as leis, as portarias; mas, de trabalhar com a práxis. Esta prática está vinculada a um elo de comunicação fundamental o processo educativo. Ou seja, para a competência do educador, vislumbrada numa prática educativa de qualidade. Sousa salienta a necessidade de se estabelecer espaços permanentes de debates baseados na troca de experiências, no diálogo constante, objetivando a instrumentalização tanto dos educadores quanto dos órgãos governamentais. A instrumentalização do educador deve estar em consonância com uma formação continuada. Esta formação deverá estar baseada, a priori, na questão da superação do preconceito ao indivíduo; quer seja pessoas com necessidades especiais, quer seja “normal".

> Todo o indivíduo possui capacidades reais de desenvolver seu conhecimento. Cabe ao educador elaborar estratégias que propiciarão ao indivíduo esse desenvolvimento. Ao se definir a educação especial, distinguindo seu caráter paralelo à educação regular, vislumbrado” Educação para Todos", estará se trabalhando com a diversidade humana. Diversidade de cor da pele, de crenças religiosas, de sexos, de maneiras de aprender... que a sociedade finge incluir, mas somente abriga”. (Sousa²)

Acredito que se desmistificarmos o sistema educacional que é padrão, isto favorecerá a remoção de barreiras para a aprendizagem e participação de todos e quaisquer indivíduos.

> Acredita que construir uma educação que abrange todos segmentos da população e cada um dos cidadãos implica uma ação baseada no princípio da não

> segregação, ou, em outras palavras, da inclusão de todos, quaisquer que sejam suas limitações e possibilidades individuais e sociais. Todavia, salienta que para a conquista da educação escolar que não exclua qualquer educando, particularmente pessoas com deficiência, é preciso que se entenda que a inclusão e a integração não se concretizam pelas simples extinção ou retirada de serviços ou auxílio especiais de educação. (Mazzotta, 1998, *apud* Rede de Saci).

Para alguns alunos tais recursos continuam a ser requeridos no próprio processo de inclusão e integração, enquanto para outros eles se tornam dispensáveis. O ponto fundamental é a compreensão de que o sentido de integração pressupõe a ampliação da participação nas situações comuns para os indivíduos e grupos que se encontravam segregados. Portanto, é para os alunos que estão em serviços de educação especial ou outras situações segregadas que prioritariamente se justifica a busca da integração. Para as demais pessoas deficientes, deve -se pleitear a educação escolar baseada no princípio da não segregação ou da inclusão.

Segundo o autor acima citado, o entendimento, já exposto, de que nem toda pessoa com deficiência necessita de profissionais especializados, devendo, nesse caso, estar na escola comum em situação comum de ensino, desde o início de sua escolarização, reflete a ampliação do princípio da inclusão ou da não segregação. Nessa abordagem se propõe que somente quando estiverem esgotadas as possibilidades de ensino comum é que se deverá dispor ou lançar mão de serviços e auxílios especiais. E, isto não é novidade para os profissionais que atuam em Educação Especial. Por isso mesmo, é importante que não se entenda a Educação Especial como um mal a ser evitado. Ele acredita que para um significativo segmento da população escolar ela constitui o único recurso que lhe possibilita a educação em organizações escolares comuns ou especiais. Vale lembrar que os auxílios e serviços educacionais especiais representam conquistas que custaram muito tempo e muita luta para que sejam levianamente descartadas por autoridades escolares e outros profissionais.

> É preciso evitar, sempre que possível, a segregação dos educandos pela simples má vontade ou pelo desentendimento dos responsáveis pelo ensino comum, por que é na relação concreta entre o educando e a educação escolar que se localizam os elementos que possibilitam decisões educacionais mais acertadas, e não somente no aluno ou na escola. O sentido especial de educação consiste no amor e no respeito ao outro, que são as atitudes mediadoras da competência ou de sua busca para melhor favorecer o crescimento e desenvolvimento do outro. (Mazzotta, 1998, *apud* Rede Saci).

O autor já mencionado destaca que para se viabilizar efetivas mudanças de atitude no contexto escolar com vistas à inclusão e a integração de pessoas com deficiência, é preciso que se deixe de apenas inferir ou assinalar a existência de preconceito e discriminação negativa na escola e se procure conhecer os principais obstáculos e suas justificativas. Além dos valores e crenças das pessoas envolvidas na educação escolar, outros fatores internos, tais como a organização (administrativo e disciplinar), o currículo, os métodos e recursos humanos e materiais da escola comum são os principais determinantes das condições para inclusão ou não-segregação, para a integração ou até mesmo para segregação de alunos com deficiência.

O conhecimento da atuação da escola com relação à inclusão e a integração exige uma abordagem holística do deficiente que revele seu contexto de vida (da família, da escola e da sociedade).

No âmbito da sociedade é importante destacar a necessidade de se rever a concepção sobre pessoas com deficiência e o papel da escola, seja pelas pessoas individualmente, por grupos organizados para defesa da cidadania, pelos serviços estruturados, pelas campanhas de esclarecimento da população, etc, e, ainda, é preciso redimensionar as diretrizes norteadoras da ação dos órgãos públicos, da ação governamental global,

dos investimentos financeiros, etc, a partir da visão dinâmica das condições do deficiente.

Quanto à escola, duas dimensões devem ser focalizadas: o sistema de ensino e a unidade escolar.

> Um conjunto de indicações, de instruções coerentes e precisas, se faz necessário para permitir que as ações educativas sejam em situações comuns ou especiais, se desenvolvam de modo a preservar a organicidade e coerência que caracterizam um sistema escolar e ao mesmo tempo assegurar aos professores as condições necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho, de tal modo que o seu papel de educador não seja diminuído. (Mazzotta, 1998, *apud* Rede Saci).

Ao educador não cabe o papel de mero executor de currículos e programas predeterminados, mas sim de alguém que tem condições de escolher atividades, conteúdos ou experiências que sejam mais adequadas para o desenvolvimento das capacidades fundamentais do grupo de alunos, tendo em conta seu nível e suas necessidades.

> O Sistema de Ensino deve definir diretrizes para uma organização abrangente (autonomia financeira, administrativa e didática) de modo a incluir o atendimento de alunos com deficiência aos serviços comuns e se necessário com recursos especiais; orientar as escolas sobre procedimentos didáticos e administrativos para favorecer a integração de alunos com deficiência nas classes comuns; reconhecer a validade dos serviços e auxílios de educação especial como cursos que apóiam e suplementam a escola regular. (Mazzotta, 1998, *apud* Rede Saci).

A Unidade Escolar ou a Escola deve ser estruturada de modo a compor um conjunto de recurso que garantam a atividade - meio coerente com a atividade. O currículo deve ser "especial", no sentido de que deve ser elaborado para atender as necessidades únicas de cada escola do sistema

de ensino, em função das reais necessidades de seus alunos, e não para atender categorias os tipos idealizados de alunos.

À medida que essa idéia for, de fato, sendo concretizada, é possível que as diferenças entre educação comum e educação especial irão também diminuindo. E, nessa tendência, poder-se-á chegar ao ponto que o que há de especial na "educação especial" e, conseqüentemente, no "currículo especial" se converta em um dos elementos de uma ação sócio - educacional global, que assegure na medida necessária, a condição e o tipo de auxílio que necessite.

> É fundamental, pois a compreensão que a inclusão e integração de qualquer cidadão, com necessidades especiais ou não, são condicionadas pelo seu contexto de vida, ou seja, depende das condições sociais, econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade. Dependem, pois, da ação de cada um de nós e de todos nós. (Mazzotta, 1998, *apud* Rede de Saci).

Segundo autor já mencionado, a organização administrativa, didática e disciplinar deve ter a maior amplitude possível a fim de contemplar a maior diversidade possível das condições dos alunos a atender. Para tanto é importante observar e criar condições físicas favoráveis no prédio escolar; definir a gestão democrática da escola contemplando o interesse por alunos com necessidades educacionais especiais; propiciar dignas condições de trabalho aos professores comuns e especializados; entender que nem todos os professores têm condições psíquicas e profissionais adequadas ao trabalho com pessoas deficientes requerendo orientação, preparo e apoio; elaborar um currículo suficientemente amplo para atender as necessidades dos alunos e da sociedade, incluindo as adaptações que forem necessárias; rever critérios de agrupamento dos alunos, bem como critérios de avaliação e promoção; garantir a infra-estrutura de recursos materiais necessários; envolver os pais e a comunidade no trabalho escolar; identificar e corrigir atitudes de desvalorização e/ou discriminação de alunos e professores por quaisquer razões (raça, cor, classe social, idade, sexo, deficiência, etc.)

entender que as escolas, como a sociedade são espaços de choques de interesses e que o avanço da participação de um grupo implica a reavaliação do outro; valorizar a integração do professor especializado no corpo docente da escola, como elemento precedente e essencial para a integração do aluno deficiente que esteja apresentando necessidades educacionais especiais; desenvolver ações práticas de respeito aos membros da comunidade escolar (alunos, pais, funcionários, professores, diretores).

> É fundamental a compreensão de que a inclusão e integração de qualquer cidadão, com necessidades especiais ou não, são condicionadas pelo seu contexto de vida, ou seja, depende das condições sociais, econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade. “Dependem, pois, da ação de cada um e de todos nós". (Mazzotta, 1998, *apud* Rede Saci).

CAPITULO IV

Procedimentos Metodológicos

A Constituição Federal (1988) e a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9394/ 96) estabelecem que a educação é direito de todos, garantindo atendimento especializado aos portadores de necessidades educacionais especiais.

Nesta perspectiva inclusiva de educação e sabendo-se que cerca de 10% da população brasileira apresenta algum tipo de necessidades especiais, torna-se imprescindível e imperioso que nossa escola esteja preparada para lidar, no seu interior, com as diferenças. É preciso capacitá-la para trabalhar a unidade na diversidade.

Para tal se faz necessário que os profissionais da escola sejam capazes de oferecer oportunidades de atendimento educacional que respeite as necessidades, as limitações, as potencialidades e os interesses de cada aluno, ou seja, individualizando o ensino de acordo com as necessidades específicas do aluno.

Diante dessa realidade surgiu a necessidade de um estudo que tem como foco principal o problema da inclusão em uma escola pública, de Ensino Fundamental, no município de Caçapava do Sul. Este estudo busca analisar a escola como espaço inclusivo, as adaptações curriculares, metodológicas, estratégias de aprendizagem, a formação inicial e a formação continuada, a família, as características do corpo docente, a interação que se estabelece entre professor e aluno, bem como aspectos estruturais e funcionais da instituição.

Para o desenvolvimento desse estudo, foi utilizado um método naturalista de pesquisa educacional, Estudo de Caso.

Optei por essa metodologia por que o interesse incidiu sobre algo singular, e particular. A preocupação central ao desenvolver esta pesquisa foi compreensão de uma instância singular.

Segundo Lüdke e André (1986), o Estudo de Caso é o estudo de um caso, seja ele simples específico, complexo ou abstrato.

Para Goodee Hatt, citado por Lüdke e André (1986), o caso se destaca por constituir uma unidade dentro de um sistema mais amplo.

Nisbet e Watt, também mencionados por Lüdke e André (1986), caracterizam o desenvolvimento do Estudo de Caso em três fases, sendo uma primeira aberta ou exploratória, a segunda mais sistemática em termo de coleta de dados e a terceira consistindo na análise e interpretação sistemática dos dados e na elaboração do relatório. Como eles mesmos enfatizam, essas três fases se superpõem em diversos momentos, sendo difícil precisar as linhas que as separam.

Para Lüdke e André (198 6), o Estudo de Caso "qualitativo" ou "naturalístico" encerra um grande potencial para conhecer e compreender melhor os problemas da escola. Ao retratar o cotidiano escolar em toda sua riqueza, esse tipo de pesquisa oferece elementos preciosos para uma melhor compreensão do papel da escola e suas relações com outras instituições da sociedade.

Esta proposta de estudo tomou como unidade de análise uma Escola Municipal de Ensino Fundamental no Município de Caçapava do Sul. Foi uma análise descritiva envolvendo todos os professores da escola. Durante os meses de junho e julho de 2004 foi feito à análise do estabelecimento e nele observado todo o contexto: escola, professores e alunos.

Foram distribuídos 23 questionários abertos contendo sete perguntas sendo que somente treze foram respondidos. Perguntas estas que contém em anexo.

CAPITULO V

Análise De Dados

5.1. Contextualização da Escola

A escola pesquisada é uma Escola de Ensino Fundamental, localizada em Caçapava do Sul. Essa escola surgiu pela necessidade de um estabelecimento de ensino na comunidade, é mantida pela Prefeitura Municipal e conta hoje com verbas do FNDE.

Funciona em dois turnos, manhã e tarde, para um alunado de pré-escola à 4ª série. Atualmente possui 159 alunos matriculados, conta com um quadro de dezesseis professores, sendo doze com curso superior, um cursando pedagogia e três com habilitação para magistério; conta com quatro funcionárias, sendo duas merendeiras e duas serviços gerais.

O prédio é antigo, mas passou por uma reforma no ano de 2000. Tem seis salas de aula, biblioteca, sala dos professores, da direção e supervisão, cozinha, banheiro, quadra de esportes.

Esta estrutura não é suficiente, há falta de espaço físico. A biblioteca também é utilizada como sala de vídeo. A escola não dispõe de um espaço próprio para reunião de pais e festividades, utilizando para estas ocasiões duas salas de aulas com uma divisória de madeira e, quando aberta, transforma-se em uma única sala.

Os alunos com dificuldades de aprendizagem são encaminhados para atendimento especializado em turno inverso, onde são agrupados conforme as dificuldades. A professora regente preenche um questionário diagnóstico com as dificuldades detectadas para que sejam realizados trabalhos lúdicos para sanar e/ou amenizar as dificuldades de aprendizagem.

A professora responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos na sala de recursos está cursando psícopedagogia, em nível de especialização.

Através de estudos, pesquisas, leituras e acompanhamento de sua orientadora realiza este trabalho da melhor maneira possível.

A quadra de esportes não possui cobertura, expondo os alunos ao tempo. Nos dias de chuva, a educação física é feita na sala de aula. A escola possui uma televisão, um vídeo e um rádio gravador com CD, recursos disponíveis para uso dos professores e dos alunos. O computador (apenas um) é de uso exclusivo da secretaria.

Ciente da importância da tecnologia eletrônica, a qual pode ser utilizada para gerar situações de aprendizagem com maior qualidade, a escola tem como meta prioritária a implantação de um laboratório de informática, visando criar ambientes de aprendizagem em que a problematização, a atividade reflexiva, a atitude crítica, capacidade decisória e a autonomia sejam privilegiados. O acervo da biblioteca é pequeno, bem como o espaço a ela destinado. Possui deficiência de livros, revistas, audiovisuais. É carente de material utilizado, como jornais, revistas e livros em geral. A procura de vagas é muito grande por ser uma escola bem localizada e bem conceituada no município.

A maioria dos alunos vem de famílias de baixa renda, onde as mães são donas de casa, algumas empregadas domésticas. Os pais são assalariados, predomina a profissão de operador de máquina, motorista, diarista, empregado rural, pedreiros e comerciários.

Vivenciam -se alguns casos de carência afetiva, crises de violência e falta de apoio da família. A clientela escolar é formada por famílias de formação simples, responsáveis, porém nem todas comprometidas e integradas com a escola. E muitas vezes a escola não consegue o desenvolvimento e a formação sócio-cultural de seus alunos. A escola vem ao longo dos anos enfrentando problemas, entre os quais a falta de recursos materiais e humanos, indisciplina, desrespeito e o desinteresse de alguns alunos.

Destacam-se ainda alguns hábitos e atitudes, o que leva a perceber a ausência de valores, falta de limites imposto pelos pais.

Entre os professores percebe-se uma preocupação crescente no sentido de modificar esse quadro. Constata-se a necessidade de conscientização da comunidade escolar para resgatar esses valores.

A direção juntamente com os professores, Conselho Escolares e o CPM procura trazer os pais à escola através de reuniões, comemorações e palestras. A escola desenvolve um trabalho de conscientização junto à comunidade, através de visitas às famílias alertando para a importância da assiduidade do aluno às aulas.

Devido a esse fator, a escola vem conseguindo diminuir significativamente seus índices de repetência e evasão.

Desenvolve uma filosofia que numa ação conjunta escola, família e sociedade busca proporcionar ao educando a formação necessária para o desenvolvimento de suas potencialidades. Para isso vem organizando-se de forma democrática, aberta, buscando a participação e proporcionando iguais oportunidades na construção do saber.

Hoje, os professores estão empenhados em rever metodologias e conteúdos, considerando a realidade da comunidade a fim de desenvolver no educando o senso crítico e a busca da transformação do seu ambiente.

A escola vem ao longo do ano letivo incentivando a renovação profissional do educador, através de reuniões de estudos, palestras, debates, seminários, promovendo encontros de ajuda mútua e confraternizações para que haja intercâmbio de experiências. Tem-se hoje o Conselho Participativo, que surgiu como uma alternativa para superar as dificuldades da avaliação.

São momentos em que conta-se com a participação dos pais, alunos, professores e funcionários para que sejam avaliadas todos as práticas na escola.

O Conselho de Classe Participativo foi um espaço criado para reflexão, visto que a avaliação deve fazer parte de todos segmentos da escola. Num primeiro momento enfrentou-se algumas questões, como dificuldade do professor em aceitar a crítica por parte do aluno, dificuldade

do aluno em dizer o que realmente pensa, dificuldade de conciliar o horário para que o conselho fosse realmente participativo.

A escola, que em sua proposta pedagógica está comprometida com a democratização, vê no conselho de classe participativo o caminho para sua concretização. Existe também grande preocupação entre os professores para que haja interdisciplinaridade, o que vem acontecendo através de projetos, contemplando temas determinados de acordo com as necessidades da comunidade escolar, envolvendo todos os segmentos.

A escola tem buscado através da prática de relações democrática, diminuir a distância entre as pessoas e promover a solidariedade, oportunizando uma maior integração de pais, alunos, professores e funcionários, assegurando uma efetiva participação de toda a comunidade escolar.

Nesse sentido, a escola prevê em sua proposta pedagógica, a garantia de igualdade de direitos para todos, ou seja, a permanência efetiva do educando de modo que ele não se sinta excluído da instituição educativa. Esse trabalho se dá a cada instante, propiciando que a escola colabore na formação e consolidação de uma cultura de paz, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos universais e da cidadania compartilhada por todos os brasileiros. Esse aprendizado exige, sobretudo, a vivência desses princípios democráticos no interior da escola, no trabalho cotidiano de buscar a superação de todo e qualquer tipo de discriminação e exclusão social, valorizando cada indivíduo.

No âmbito da sala de aula, o professor deveria levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, como também características pessoais de déficit sensorial, motor, mental e psíquico, ou de superdotação intelectual.

A atenção à diversidade é um princípio comprometido com a equidade, ou seja, com o direito de todos os alunos realizarem as aprendizagens fundamentais para seu desenvolvimento e socialização.

5.2. Reflexão Sobre a Inclusão

A coleta de dados realizou-se através de observações, questionários, entrevistas e anotações diárias. Foram distribuídos vinte e três questionários abertos sendo que somente treze foram respondidos. Os demais professores usaram como justificativa não ter respondido o questionário por acharem difícil e comprometedor. Das professoras entrevistadas, oito possuem o curso superior (pedagogia e letras). Uma professora de Educação Física participou do estudo de caso, sendo pós-graduada em Desenvolvimento Humano Ênfase em Educação Infantil. Apenas quatro professores com magistério (Ensino Médio).

Os entrevistados têm experiência profissional entre seis meses e vinte e quatro anos de exercício na rede pública de ensino. Quanto ao tempo de experiência na escola onde se realizou o estudo, fica entre seis meses e dezessete anos. Dois professores trabalham na rede estadual.

Todos os professores entrevistados acreditam que o direito das pessoas com necessidades especiais precisa estar especificado em leis e que estas devem ser claras e respeitadas. *"Porque mesmo havendo a obrigatoriedade legal há dificuldades para o deficiente ser respeitado nos seus direitos como pessoa, cidadão...* (professora B)".

Vários autores citados já vêm denunciando, intensamente, que os direitos reivindicados, proclamados e garantidos nas letras das leis e de recomendações internacionais e nacionais, precisam ser cumpridas, pois tem sido freqüentemente violados.

> A educação inclusiva, entretanto, não se esgota na observância da lei, que a reconhece e garante, mas requer dos sistemas educacionais uma mudança de postura, de percepção e de concepção. As modificações necessárias devem abranger atitudes, perspectivas, organização e as ações de operacionalização do trabalho educacional. (Carvalho 1994 p. 23)

Os trezes professores concordam que falar de igualdade de oportunidades não consiste em oferecer as mesmas oportunidades iguais aos alunos desiguais. *"Igualdade de oportunidade quer dizer acesso igual a tudo, respeitando possibilidades e capacidade de cada um..." (professora D).*

Para a professora E, *"cada indivíduo é único e as diferenças precisam ser respeitadas e valorizadas".*

Segundo Edler (1997 p. 28), "a integração escolar trata-se de um processo gradual e dinâmico que assume distintas formas, segundo as necessidades e características de cada aluno, considerando seu contexto sócio-econômico".

Os professores acreditam que a escola não está preparada e pouco tem feito para garantir o acesso e a permanência do aluno com necessidades especiais. *"A escola não pode negar vaga para este aluno, mas penso que sua permanência fica comprometida devido à falta de preparo e recurso..." (professora I).*

Segundo Carvalho (1994), "a prática da inclusão na realidade brasileira revela dificuldades: despreparo do sistema regular de ensino para atuar no processo, resistência da comunidade escolar na aceitação dos alunos e fatores diversos de aceitação familiar, institucional e sócio-cultural".

Questionados sobre o que tem sido feito no município para possibilitar o pleno exercício da cidadania a pessoas com deficiência, os professores concordam que existem pequenos avanços, como: atendimento na APAE (psicólogo, fisioterapeuta, psicopedagoga), construção de rampas, transporte interurbano gratuito. *"Este pouco já é muito positivo". (professora B).*

Goffredo (1997) diz-nos que "inclusão, numa sociedade de excluídos, passa a ser a palavra-chave para se alcançar à verdadeira democracia. A cidadania se estabelece pela igualdade de direitos e deveres, e pela oportunidade de poder exercê-los plenamente".

Todos os professores acreditam que ser solidário é a melhor conduta da comunidade em relação a pessoas com deficiência.

A professora C: *chama atenção para o fato de que muitas pessoas pregam uma solidariedade como meio de ascensão e promoção social do que realmente em benefício da causa.*

Os professores foram unânimes em afirmar que as propostas inclusivas, integradoras não se limitam apenas à pessoa com deficiência, justificando que há vários excluídos em nossa sociedade (negros, índios, aidéticos, pobres, idosos, doentes).

Werneck (1997, pág. 42), coloca que: "... a inclusão vendo quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados".

Sobre a forma de ajudar o professor que tenha em sua turma aluno com deficiência, a professora A acredita que todos os membros da escola devem contribuir: equipe diretiva, coordenação pedagógica, professores, funcionários, alunos, familiares em geral. Esta idéia também é destacada pela (Rede Saci. www.saci. org. br), a qual trabalha pela inclusão dos deficientes na sociedade.

> É fundamental um trabalho com os que dirigem e atuam no sistema de ensino, bem como com os pais que têm filhos atendidos nas escolas. Um trabalho que tenha como objetivo modificar posturas e atitudes com relação à freqüência de crianças com deficiência nessas unidades, bem como difundir informações corretas sobre o tema.

A professora I chama atenção para o fato de que "*o aluno com necessidades educacionais especiais não pode ser um mero espectador na classe regular, é preciso que suas necessidades sejam reconhecidas*". Contudo a professora D *acred*ita que*: " o fato das classes numerosas tem dificultado bastante o processo de inclusão".*

Sabe-se que “há no Brasil uma prática muito nociva, a de manter classes com mais de 40 alunos, não permitindo ao professor estar atento às

particularidades, lidar com o aluno num sentido de uma interação maior". (Mrech[1], 2002).

Questionados sobre os procedimentos adotados na sala de aula para tornar a aprendizagem inclusiva para todos, a professora de Educação Física concorda que esta disciplina estimula convivência social, o contato direto com o outro, o que facilita o processo de inclusão. Já para a professora A, a auto-estima positiva é fundamental para que ocorra a aprendizagem.

Segundo Mrech[1] (2002), "o professor precisa descobrir formas diferentes de interação com as crianças. Grande parte dos professores da rede pública não tem informações a respeito do que é a inclusão, o que é escola inclusiva, isso gera por parte deles uma certa rejeição em relação à criança".

Todos os professores concordam com a idéia de que a escola deve ser um espaço inclusivo. "*A professora I diz que isso gera solidariedade entre as crianças:" para os professores isto traz dificuldades. As crianças encontram maneiras para ajudar. Nós, professores não sabemos lidar com isso ".*

Quanto à questão da auto-estima, os professores foram unânimes em afirmar que ela é fundamental para o aprendizado. Para professora E: *"é preciso gostar e confiar em si mesma para buscar o desconhecido".*

As adaptações curriculares para atender determinados alunos que não conseguem acompanhar a proposta regular, são consideradas por todos os entrevistados como um fator necessário. *A professora F salienta que: "as adaptações servem para enriquecer o currículo".*

As adaptações curriculares, também para Goffredo (1997), tornam o processo pedagógico mais rico, propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. Assim, todos se beneficiam da educação inclusiva, todos enriquecem: alunos, professores, família e comunidade.

> O currículo pode constituir um grande obstáculo para os alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, quando ele impõe uma referência homogênea a ser alcançada por todos os educandos, independentemente de condições particulares que possam apresentar. (Carvalho, 1994).

Os professores, porém salientam que as adaptações curriculares por si só não resolvem os problemas básicos das pessoas com necessidades educativas especiais. A *professora A diz que: "são necessárias também adaptações no espaço físico, nos materiais didáticos, pedagógicos, coragem e comprometimento de todos os envolvidos".* A *professora F concorda e acrescenta que: "é fundamental investir na formação permanente do profissional".*

"O sistema que permite espaços físicos favoráveis, materiais didático de qualidade, respaldo técnico aos educadores, possibilidades de capacitação aos mesmos e respeito às prerrogativas vigentes sobre os direitos dos indivíduos estará, a priori, mais repleto de profissionais qualificados" (Souza 2002, p.23).

Questionado os professores sobre a possibilidade de remover barreiras para possibilitar a aprendizagem, todos concordam ser possível, embora um pouco difícil. *A professora D acredita que é imprescindível que se conheça o aluno.* Entretanto a *professora E salienta que é preciso vontade, coragem de inovar e apoio de todos.*

Sobre a formação dos profissionais da educação os professores concordam que não atende ao novo modelo educacional. *"Não estamos preparados para trabalhar como a inclusão".*A professora F diz: *"é preciso muito mais! Os cursos de magistério e as universidades precisam estar comprometidos na qualificação dos profissionais de educação".*

Segundo Goffredo (1997) "são necessárias respostas imediatas não só quanto à reformulação dos cursos de formação de professores tanto em nível médio quanto em nível superior, mas também para os profissionais que exercem atividades no magistério".

Para ela é essencial a criação de programas de educação continuada necessárias ao aprimoramento profissional e ao desempenho de suas funções, considerando o novo paradigma educacional-a inclusão de todos na escola regular. Ela afirma que: "o modelo brasileiro de educação profissional voltado para a carreira do magistério encontra-se desajustado para o novo modelo educacional".

Quanto à questão da formação continuada, os professores concordam que a escola proporciona ao professor a participação em cursos, seminários, encontros. Por parte da direção há uma preocupação em divulgar esses eventos e disponibilizar a participação senão de todos, de alguns professores. *"A escola dá abertura aos professores para participação nos encontros" (professora D).*

A professora E acredita que: *"se pode fazer mais e sugere a realização de palestras sobre a inclusão, na comunidade escolar".*

Após esta análise, conclui-se que: (a) todos os professores concordam que educação é um direito de todos garantido pela constituição, (b) a escola para ser um espaço inclusivo, necessita para isso o comprometimento de todos, (c) é preciso uma renovação pedagógica que considere as diferenças, (d) os governos precisam formular políticas que assegurem a inclusão dos excluídos, metas da inclusão e ampliação da cidadania, (e) a atual formação dos profissionais da educação não atende o novo modelo educacional, (f) os currículos precisam ser adaptados diante da diversidade; é fundamental o desenvolvimento de um trabalho de formação continuada que objetive modificar posturas e atitudes e que contemple o corpo docente, discente, funcionários e comunidade, que este seja acrescido de um programa de capacitação e aprimoramento profissional.

CAPITULO VI

Considerações Finais

A escola para ser considerado um espaço inclusivo, precisa deixar de ser uma instituição burocrática, que apenas cumpre as normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para tal, deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam. Não há dúvida de que a qualidade da educação é importância prioritária para o crescimento econômico, social e político de um país. Os governos precisam formular políticas que assegurem a inclusão dos excluídos, metas de inclusão e de ampliação da cidadania. Na tentativa de incluir, a escola vem criando falsos mecanismos como: a não adaptação da proposta pedagógica, a aceitação de alunos com necessidades educacionais especiais sem ter condições físicas, técnicas e principalmente não contar com profissionais habilitados para trabalhar com esses alunos. A não garantia de acesso e permanência de todos na escola é a forma mais perversa e irremediável de exclusão escolar, conseqüentemente, de exclusão social, pois nega o direito elementar da cidadania.

Entretanto, a escola existe em função do aluno. O aluno, nela ingressa para se apropriar de conhecimentos, de habilidades, para aprender a se relacionar, a ser crítico e produtivo na sociedade. Se isso não ocorre, a escola não está cumprindo sua função. O sucesso dos alunos não pode depender de sua capacidade de adaptar-se aos códigos existentes dentro dela. Essa é a caracterização da cultura do fracasso. Essas crianças carentes sociais e culturalmente são vistas como incapazes de aprender e avançar. Pode-se então concluir que a escola, como espaço inclusivo, deve ter por desafio o sucesso de todos os seus alunos, sem exceção.

Foi possível verificar, neste trabalho que muitos professores consideram que ainda são poucas as condições oferecidas para que o processo de inclusão ocorra de forma eficiente, embora reconheçam que não existe ainda uma consciência da necessidade desse processo, por parte não só das pessoas envolvidas no processo educacional, como pela sociedade em geral, parece que não se reconhecem como responsáveis também por esse processo inclusivo.

Sabemos que somos iguais em direitos, porém, cada um é único e diferente como pessoa. Cabe a educação desse novo milênio zelar para que a singularidade de cada pessoa não se perca diante das diversidades de todos e a diferença entre os homens reserve espaço para cada um se manifestar. A partir destas considerações podemos destacar alguns aspectos que servem como sugestões para reflexões futuras:

- Estimular as escolas para que elaborem um projeto político pedagógico que norteie e defina a escola que a comunidade escolar deseja, com autonomia e de forma participativa.

- Realizar na escola, através de grupos de estudo e assembléia com a comunidade escolar, avaliações do processo educativo, revendo e reelaborado os aspectos negativos.

- Oportunizar tempo e espaço para que os professores e a comunidade escolar possam discutir e refletir sobre uma proposta de inclusão escolar, conscientizando-os do papel que cada um teve e tem com os alunos que não conseguem se beneficiar do ensino regular.

- Repensar tempo de aprendizagem dos alunos e novas maneiras de organizá-los, de forma a atender as diferenças.

- Buscar experiências positivas de inclusão escolar para que sejam discutidas com a comunidade;

- Buscar parcerias com outras entidades que atendam crianças com necessidades educacionais especiais para suprir as necessidades dos professores e dos alunos em geral;

- Oportunizar um espaço permanente de formação de professores mediante grupos de estudo, reflexão da prática, acesso às produções científicas;

- Incentivar os cursos de formação para que repensem seu currículo, abandonando a visão fragmentada das ciências, concebendo a interdependência de todos os conhecimentos, possibilitando ao futuro profissional compreender e intervir na realidade;

- Proporcionar a os cursos de formação a superação do ensino livresco, abrindo espaço para pesquisa.

A respeito dos depoimentos conclui-se que a escola inclusiva é possível desde que haja comprometimento de todos. Os professores entrevistados acreditam que é preciso preparar a escola inclusiva proporcionando a capacitação de toda a equipe escolar. É importantíssimo também sensibilizar os pais. Todos devem desempenhar um papel ativo diante do processo da inclusão.

Através das entrevistas foi possível perceber a preocupação de todos diante desse desafio. Eles acreditam que a inclusão daqueles que possuem necessidades educacionais especiais requer como fundamental e urgente, a necessidade de ações para se conseguir de fato uma educação para todos.

Nesse contexto, os professores freqüentemente se deparam com a falta de dados, de informações relativas ao quadro do aluno, a inexistência de um trabalho paralelo ao trabalho escolar, impossibilidade escolar, devido à estrutura e ao número insuficiente de profissionais, inadequação dos prédios etc.

Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar e valorizar a diversidade. Essa diversidade freqüentemente é alvo de preconceitos e discriminação, atingindo a escola e reproduzindo-se em seu interior.

A desigualdade, resultado da injustiça social, também está presente na escola. Estas posturas exigem da escola ações efetivas de superação. A escola pesquisada ainda não tem condições de trabalhar com pessoas com

necessidades educacionais especiais. Essa escola em primeiro lugar deverá assumir o papel de que vai propiciar ações que favoreçam a atuação do professor, depois entender que não é o aluno que deve adaptar-se à escola, mas é ela, a escola, que, consciente de sua função, deve adaptar-se a inclusão, colocando-se à disposição do aluno, buscando o acompanhamento de um professor especializado e não esperar que o professor da classe ensine às crianças especiais sem um suporte técnico. Também deve apresentar uma proposta de escola inclusiva a todos os professores, formar um grupo interno de trabalho onde todos devam estar conscientes das mudanças, ver as necessidades e áreas a serem melhoradas, acreditar que esta criança tem condições de aprender e trará benefício a todos, os alunos especiais e alunos normais, conscientizar seus professores que devem lutar por isso e depois avaliar não à criança especial, mas o que está dando certo nesta proposta.

A escola que me refiro está longe, muito longe de ter condições de trabalhar com crianças especiais. Esses alunos não estão sendo incluídos e sim excluídos do grupo. Não é à toa que o assunto ainda é polêmico e difícil para muita gente. Afinal nunca foi fácil conviver com quem não anda, não enxerga, não ouve, não fala ou simplesmente não acompanha o pensamento e as atitudes da maioria das pessoas.

As sensações, quem há de negar? Vão de um simples desconforto até o repúdio. Daí a importância de continuar lutando, sem descanso pela inclusão cada vez mais efetiva das crianças com necessidades educacionais especiais na sociedade. E a escola, é claro, assume papel de destaque nessa tarefa.

Em suma, o necessário para uma verdadeira escola inclusiva é o trabalho harmonioso entre pais, professores e alunos, buscando respeitar e conhecer as diferenças de cada criança com necessidades educacionais especiais para construir uma escola que contribua para o desenvolvimento dessas crianças para uma vida pessoal independente.

O certo é acreditar que todos podem aprender, basta todos os membros da escola quererem desenvolver sua competência para ensinar.

Eu, particularmente, estou buscando ter certeza de que a inclusão é possível, por acreditar que toda a criança é capaz, tem um potencial a ser desenvolvido, desde que respeitada a especificação de cada uma, dadas condições necessárias e estabelecido um vínculo afetivo entre os envolvidos.

Creio que as dificuldades imprimem um ritmo, mas não impedem o desenvolvimento, colocam barreiras, mas não fecham caminhos. Temos que ser sensíveis para incluir a forma singular de cada sujeito, promover situações de aprendizagem e estar capacitados como professores, para trabalharmos com a diferença, com a diversidade em sala de aula.

Quero lembrar que a inclusão na escola regular não resolverá a questão da deficiência da criança, visto que é um problema real e objetivo. E que o trabalho dos profissionais em educação não é suficiente para a inclusão, se a sociedade não se preparar para receber essa criança, ou seja, não podemos ser ingênuos a ponto de acreditar que a lei resolve a questão.

> O corpo de uma criança é um espaço infinito onde cabem todos os universos. Quanto mais ricos forem esses universos, maiores serão os vôos da borboleta, serão o fascínio, maior será o número de melodias que saberá tocar, maior será a possibilidade de amar, maior será a felicidade. Por vezes, entretanto, acontece uma metamorfose ao contrário: as borboletas voltam ao casulo e se transformam em lagartas. Porque voar é fascinante, mas perigoso. É preciso que não se tenha medo de flutuar sobre o vazio como asas frágeis. É mais seguro viver agarrado à folha que se come. Eu me pergunto sobre o que aconteceu conosco. Pois um dia fomos borboletas aladas, em busca de espaços limites. Talvez, por medo, tenhamos abandonado as assas. Talvez, por medo, já não sejamos capazes de voar e sonhar. Gordas lagartas, que não têm coragem de se desprender das seguras folhas onde rastejam...(Rubem Alves 1994, p. 69 - 70).

Na natureza, duas coisas não são exatamente iguais. O mesmo se aplica às pessoas, cada uma é única em conhecimento, cultura e experiência. No ambiente escolar, vivemos na riqueza da diversidade, todos os dias interagimos com pessoas de diferentes culturas. Acreditamos que a riqueza da diversidade possibilita a completariedade coletiva, pois, juntando nossas capacidades particulares, podemos criar uma escola cidadã, onde os professores desenvolvam projetos que levem o aluno a descobrir a alegria de criar, interagir e aceitar o diferente como um desafio novo.

Espero que este trabalho de pesquisa tenha contribuído junto aqueles que sonham e acreditam um dia poder alcançar uma educação na qual tenha garantido seu espaço, suas diferenças, singularidade, ação, inserção e co-participação no processo de inclusão.

Referências

ALVES, Rubem. **A Alegria de Ensinar**, Ed. Ars Poética/ Petah, SP.1994

BRASIL- Lei nº 9394 de 20/12/96. **" Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional"**.In: **Diário Oficial da União**. Ano CXXXIV, nº 248 de 23/12/96.

_____ **Política Nacional de Educação Especial**. Brasilia MEC, 1994.

CARVALHO, E.N.S de & Monte, F.R.F. **A educação inclusiva de portadores de deficiências em escolas publicas do Distrito Federal**. In: Goyos, C, ALMEIDA, M & SOUZA, D. (org= **Temas em educação Especial**. SP. Editora de UFSCAR, 1995.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. SP. Cortez, 1990.

MAZZOTA, M. I. S. **inclusão e Integração ou chaves da vida humana**. In: III – **Congresso Ibero – Americano de Educação Especial,** Foz do Iguaçu 4ª 7 nov. 1998. Disponível no www. saci. org.br, em 18/09/04.

MRECH. L. **Falta capacitação na Área de Educação Inclusiva.** 2002 Disponível no: http://www. Educaçãoonline.pro.br/.

EDLER, C.R. **Falando da Integração de Pessoas com Deficiência**. São Paulo: Memmom . 1997

_____ **Temas em Educação Especial**. Ed. WVA.2000.

GOFFREDO, V.L. et al. **Caderno de estudo Educação Especial**. RJ: FESP-RJ, 1997.

LÜDKE e ANDRÉ. **Pesquisa em Educação: Abordagem Qualitativas**. Coord. Loyde A. Faustini, São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. in **Revista Pátio**, ano 3, nº 11. nov 99/ jan.2000.

PORTARIA nº 1793 de 27/12/94. In. **Revista Brasileira de Educação Especial**, nº 3, V.2, 1995.

Nº 139 de janeiro e Fevereiro de 2001. In**. Revista Nova Escola**, junho de 1999. ed. 123

SOUSA, L.P. F. **Educação Especial: Redefinir ou Continuar Excluindo**. Internet: www.saci.org.br.2002.

UNESCO. **Formação de Professores**. MEC/SEESP estatística 2000. Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia, 1994)

WERNECK, Claúdia, **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**, Rio de Janeiro, wva, 1997.

Ministério da Educação- Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Educação

Curso de Pos Graduação em Gestão Educacional

Estou realizando um levantamento de dados que constituirá posteriormente fundamentação teórica de minha monografia que tem como tema **A escola como espaço Inclusivo**. Obrigado por sua atenção e disponibilidade.

Formação Profissional:
Experiência Profissional (anos de serviço)
Tempo de serviço na escola pesquisada:

1. O que você entende por inclusão?

2. Na sua opinião, os direitos à escolarização das pessoas com deficiência devem, ou não, estar explicitados em leis e recomendações por quê?

3. Em sua opinião, como oferecer apoio ao professor que tem em sua turma alunos com deficiência mental?

4. Você concorda com a idéia de que a escola deve ser um espaço inclusivo?

5.Como você deve agir se tiver em sua classe um aluno com necessidades educativas se você não é habilitado em educação especial?

6. A atual formação dos profissionais da educação atende ao novo modelo educacional?

7. A escola tem condições de trabalhar com pessoas com necessidades educativas especiais?

" A diferença entre o possível e o impossível está na vontade humana"
Autor desconhecido